



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

Aos 18 dias do mês de outubro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações*
 2. *Apreciação e votação das atas n.º 85 e 86 relativas aos dias 4 e 10 de outubro de 2017*
 3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 208/XIII/2.ª - «Solicitam participação para aquisição de equipamento de medição dos níveis de glicose por indivíduos com diabetes» - Relator: Deputado Moisés Ferreira*
 4. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 227/XIII/2.ª - «Solicitam que o acompanhamento no parto se reporte ao casal (mãe e pai)» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela*
 5. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 294/XIII/2.ª - «Solicitam o acesso à formação médica especializada a todos os médicos» - Relator: Deputado António Sales*
 6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.ª, do BE, que «Recomenda ao Governo que recuse o plano para a constituição da Unidade Local de Saúde de entre o Douro e Vouga, procurando alternativas que garantam mais proximidade e investimento nos serviços de saúde»*
 7. *Outros assuntos*
- 10:30 Audiência do Presidente do CNPMA para apresentação nos termos da lei do «Relatório de Atividade Desenvolvida pelos Centros de PMA em 2015*

1. Informações

O Presidente iniciou os trabalhos dando conta de terem baixado à Comissão, para elaboração de parecer na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs 99/XIII/3.ª - «aprova as Grandes Opções do Plano para 2018», e 100/XIII/3.ª «aprova o Orçamento de Estado para 2018», que cabem, respetivamente, ao PSD e ao PS. Foram indicados para a elaboração dos pareceres os Deputados Ângela Guerra, pelo PSD, e João



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

Marques, pelo PS, tendo sido chamada a atenção para a necessidade, face ao calendário do orçamento, de serem discutidos e votados na próxima reunião de 25 de outubro. Informou ainda terem dado entrada três requerimentos, na sequência do Relatório do Tribunal de Contas n.º 15/2017, relativo à auditoria ao acesso aos cuidados de saúde no SNS. Os requerimentos do BE e do PCP solicitam a audição da Presidente da ACSS, e o do PSD a audição do Ministro da Saúde. Estes requerimentos não constam da OD, porque deram entrada depois de 6.ª feira à tarde, mas coloca à consideração de todos a questão de saber se há ou não consenso para os discutir e votar na reunião de hoje.

Havendo consenso, o Presidente deu a palavra aos Deputados Moisés Ferreira, Miguel Santos e Carla Cruz para apresentarem, respetivamente, o [requerimento do BE](#), o [requerimento do PSD](#) e o [requerimento do PCP](#). O Deputado Moisés Ferreira acentuou a gravidade das afirmações feitas no Relatório do Tribunal de Contas quanto à limpeza administrativa das listas de espera, que carecem de explicação por parte da Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). O Deputado Miguel Santos considerou igualmente aquelas afirmações muito graves, sendo necessário ouvir as explicações do responsável máximo político, que é o Ministro da Saúde, que não pode enjeitar responsabilidades para terceiros. A Deputada Carla Cruz disse acompanhar as preocupações do Tribunal de Contas e que o desinvestimento no SNS não é de agora. Votará favoravelmente o requerimento do PSD para a audição do Ministro, mas isso não branqueia as responsabilidades do Governo anterior no que respeita à falta de acesso a cuidados de saúde.

Usaram ainda da palavra os Deputados António Sales, que referiu ser o PS o primeiro a ter interesse no esclarecimento destas questões, pelo que viabilizará todos os requerimentos; Isabel Galriça Neto, que considerou que o Tribunal de Contas assumiu que houve falseamento de dados, o que foi desmentido pela ACSS, pelo que requer oralmente que se proceda também à audição do Presidente do Tribunal de Contas.

O Presidente colocou à votação os quatro requerimentos. Os requerimentos do BE e PCP foram aprovados por maioria, com os votos a favor do PS, BE e PCP e a abstenção do PSD e CDS-PP. O requerimento do PSD foi aprovado por unanimidade. O requerimento do CDS-PP foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS. Em todas as votações se registou a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

Foi deliberado que se procederia primeiro à audição da Presidente da ACSS, depois do Presidente do Tribunal de Contas e no final à audição do Ministro da Saúde.

2. Apreciação e votação das atas n.º 85 e 86 relativas aos dias 4 e 10 de outubro de 2017

As atas n.ºs 85 e 86, de 4 e 10 de outubro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 208/XIII/2.ª - «Solicitam participação para aquisição de equipamento de medição dos níveis de glicose por indivíduos com diabetes» - Relator: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Relatório Final da Petição n.º 208/XIII/2.ª, referindo o seu objeto e as diligências efetuadas, ou seja a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, dando conta da resposta recebida. Procedeu à análise da Petição e concluiu com o parecer de que esta deve ser agendada para plenário e dado conhecimento do Relatório ao PAR, aos Grupos Parlamentares e aos peticionários.

Pronunciaram-se sobre a Petição e o Relatório os Deputados Maria Antónia Almeida Santos, que disse ter consciência da necessidade de facilitar e ajudar os diabéticos no auto tratamento; Luís Vales, que manifestou a opinião de que são compreensíveis as preocupações dos peticionários, que partilha, sendo que o que é solicitado melhoraria a qualidade de vida dos doentes; Isabel Galriça Neto, que considerou que a matéria se reveste da maior importância para um grupo de centenas de milhares de portugueses, competindo ao Estado assegurar-lhes as melhores condições; João Ramos, que concordou com o teor do Relatório, acrescentando que os peticionários levantam uma questão importante e que este dispositivo permitiria controlar melhor a doença, e que, a médio prazo, representaria um custo menor.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

4. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 227/XIII/2.ª - «Solicitam que o acompanhamento no parto se reporte ao casal (mãe e pai)» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela

Neste ponto da OD assumiu a condução dos trabalhos a Vice-Presidente, Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

A Deputada Marisabel Moutela apresentou o Relatório da Petição n.º 227/XIII/2.ª, explicando o seu objeto e analisando-o, dando conta das diligências efetuadas (audição dos peticionários e pedido de informação ao Ministro da Saúde, com a respetiva resposta) e concluindo com o parecer de que o Relatório Final deverá ser enviado ao PAR e aos peticionários e agendada a Petição para plenário.

Usaram da palavra os Deputados Laura Magalhães, que reforçou o que foi dito pela Relatora, dizendo que o elevado número de subscritores revela a preocupação de muitos portugueses com este assunto; Isabel Galriça Neto, que sublinhou a importância desta Petição, acrescentando que o CDS-PP tem apresentado iniciativas neste âmbito, que foram rejeitadas por algumas das bancadas que aqui estão a relevar a matéria; João Ramos, que lembrou que na audição os peticionários referiram que alguns dos direitos constantes da lei de acompanhamento não estão a ser respeitados, manifestando o PCP a sua preocupação com esta questão; Moisés Ferreira, que disse entender que o direito ao acompanhamento é fundamental, que o que está na lei não é plenamente cumprido e que é preciso que seja efetivado pelos serviços de saúde.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 294/XIII/2.ª - «Solicitam o acesso à formação médica especializada a todos os médicos» - Relator: Deputado António Sales

O Deputado António Sales apresentou o Relatório Final da Petição n.º 294/XIII/2.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise, elencando as diligências efetuadas, ou seja a audição dos peticionários e o pedido de informação ao Ministro da Saúde, tendo referido o teor da resposta. Concluiu com o parecer de que o Relatório deverá ser enviado ao PAR e aos peticionários e a Petição agendada para plenário.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

Fizeram intervenções sobre este tema os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, que recordou que esta matéria já foi suscitada diversas vezes ao Ministro da Saúde pois preocupa desde há muito o PSD, considerando legítima a pretensão dos petionários; Carla Cruz, que recordou que também desde há muito esta questão tem vindo a ser levantada pelo PCP, quer em Comissão, quer em plenário, sendo legítimas as pretensões dos jovens médicos; Isabel Galriça Neto, que venceu a posição do CDS-PP de não ser favorável à criação de médicos indiferenciados, pensando que é fundamental que a realização de estágios de especialidade possa também ocorrer em unidades do setor social, aos quais tenha sido atribuída idoneidade; Moisés Ferreira, que disse que o BE tem acompanhado esta situação e que considera da maior importância que não existam centenas de médicos impedidos de fazer a sua especialidade.

O Relatório Final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.ª, do BE, que «Recomenda ao Governo que recuse o plano para a constituição da Unidade Local de Saúde de entre o Douro e Vouga, procurando alternativas que garantam mais proximidade e investimento nos serviços de saúde»

Este ponto da OD foi adiado para uma próxima reunião.

10:30 Audiência do Presidente do CNPMA para apresentação nos termos da lei do «Relatório de Atividade Desenvolvida pelos Centros de PMA em 2015»

A Presidente em exercício saudou o Presidente do CNPMA, Eurico Reis, e Calhaz Jorge, também membro do Conselho, dizendo ser com o maior gosto que a Comissão os recebe para a apresentação do Relatório.

Deu a palavra ao Presidente do CNPMA que falou do projeto europeu ARTHIQS e do evento que se realizou na AR, nos dias 8 e 9 de outubro, sobre PMA, onde estiveram representantes das autoridades europeias dos vários países da UE. Sobre o Relatório que vem apresentar, referiu ser o sétimo que é elaborado sob a responsabilidade do CNPMA e que a introdução de todos os dados na plataforma permite obter dados de forma mais apurada, relativamente à eficácia dos tratamentos e à transferência de embriões. Acrescentou que em 2015 nasceram 2.504 crianças das técnicas de PMA, o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

que corresponde a 2,9 do total de nascimentos. Suscitou o problema da falta de dadores, dizendo que um dia terá de se discutida a questão da sua compensação.

Calhaz Jorge fez então uma [apresentação](#) em *power point*, facultando dados sobre os resultados globais da atividade dos centros PMA, designadamente, percentagem de recém-nascidos resultantes de cada uma das técnicas, volume da atividade realizada pelos centros por setor de atividade, distribuição dos centros por região, proporção de ciclos iniciados, sendo que o número ideal de ciclos seria 1.500 por milhão de habitantes e é de 600/700, acessibilidade às técnicas e eficácia comparativa em termos europeus. Elencou ainda as variáveis com efeito na eficácia das técnicas PMA, referindo as questões da idade limite na mulher e do número de embriões transferidos.

Usaram da palavra para comentar e colocar questões os Deputados Ângela Guerra, que questionou, nomeadamente, sobre a fiscalização dos centros PMA e as inspeções relativamente à sua qualidade e segurança, a disseminação de centro públicos pelo país, não havendo nenhum no Alentejo, as listas de espera e o acesso à consulta de fertilidade; Elza Pais, que colocou perguntas sobre a gestação de substituição, sobre o número de utentes que recorrem aos serviços, as razões que estão na base da exclusão de 60% dos dadores e se não se poderiam ser feitas campanhas de sensibilização; Isabel Galriça Neto, que pediu esclarecimentos sobre o número de embriões que devem ser transferidos, do ponto de vista científico, sobre as listas de espera, se houve aumento do financiamento e se este é suficiente; Moisés Ferreira, que questionou sobre o que será possível fazer para diminuir as listas de espera e aumentar o número de dadores, se deverá ser alargado o número de ciclos e porque tem o diagnóstico genético pré-implantatório (DGPI) uma tão longa lista de espera.

Neste ponto da OD o Vice-Presidente, Deputado Moisés Ferreira, assumiu a condução dos trabalhos.

A Deputada Carla Cruz colocou questões, designadamente, sobre as listas de espera nos centros públicos, a sua falta de capacidade de resposta, o centro público de gâmetas do Porto, a acessibilidade aos tratamentos e o número ideal de ciclos que devem ser apoiados e o DGPI.

As questões foram respondidas por Calhaz Jorge, que abordou o problema da incapacidade de resposta do setor público, considerando que não são necessários



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

mais centros, mas que se deve aumentar a capacidade dos existentes. Quanto à transferência de embriões, para reduzir o seu número será preciso aumentar o número de ciclos, o que aconteceu, por exemplo, na Bélgica. Muitos dadores masculinos são excluídos por razões de doença e também quando não têm uma qualidade de esperma normal, daí haver uma rejeição de cerca de 60%. Há um maior número de dadores acima dos 30 anos e a compensação, a ser considerada, só seria para as dadoras, pois a doação de ovócitos é que é penosa. Quanto ao DGPI existe um problema de capacidade de resposta do laboratório e de financiamento, pois parte das análises são feitas em Bruxelas.

O Presidente do CNPMA falou da falta de planificação, pois questões como a carência de médicos e enfermeiros deveriam ser pensadas a médio, longo prazo. A utilização das verbas disponíveis levanta por vezes problemas éticos, pois há que fazer opções. É necessário criar um centro público no Alentejo e as campanhas de sensibilização para a fertilidade deveriam começar cedo. Pode dar a garantia de que não há práticas PMA fora dos centros, mas para o CNPMA poder assegurar as inspeções deveria ser dotado de mais meios.

Os Deputados João Marques e Ângela Guerra pediram ainda alguns esclarecimentos adicionais, que foram prestados por Calhaz Jorge e Eurico Reis.

O Presidente em exercício agradeceu a vinda à Comissão, bem como todas as informações e explicações dadas pelo Presidente do CNPMA e por Calhaz Jorge.

A gravação da audição poderá ser acedida no seguinte *link*:

mms://media.parlamento.pt/www/XIIILEG/3SL/COM/09_CS/CS_20171018_2.mp3

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 outubro 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 88/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Elza Pais
João Ramos
Laura Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Gouveia
José Luís Ferreira
Luísa Salgueiro